

SUMÁRIO



SEDUC-SE

Professor de Educação Básica – História

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados; reconhecimento de tipos e gêneros textuais.....	1
Domínio da ortografia oficial.....	5
Domínio dos mecanismos de coesão textual	7
Emprego de elementos de referenciamento, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual	8
Emprego de tempos e modos verbais; relações de subordinação entre orações e entre termos da oração	9
Domínio da estrutura morfossintática do período.....	16
Emprego das classes de palavras; relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.....	25
Emprego dos sinais de pontuação	37
Concordância verbal e nominal	41
Regência verbal e nominal	43
Emprego do sinal indicativo de crase	46
Colocação dos pronomes átonos	48
Significação das palavras.....	48
Substituição de palavras ou de trechos de texto.....	50
Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto	52
Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	54
Questões	56
Gabarito	71

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

Conjuntos numéricos: números inteiros, racionais e reais	1
Sistema legal de medidas	20
Razões e proporções; divisão proporcional	26
Regras de três simples e compostas	28
Porcentagens	30
Compreensão de estruturas lógicas; lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões; lógica sentencial (ou proposicional); proposições simples e compostas; tabelas-verdade; equivalências; leis de de morgan	32
Diagramas lógicos	42
Lógica de primeira ordem	45

SUMÁRIO



Princípios de contagem e probabilidade	47
Operações com conjuntos.....	54
Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos.....	60
Questões	63
Gabarito.....	70

EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Fundamento, temas pedagógicos e legislação educacional: i fundamento: relação educação e sociedade: dimensões filosófica, hi89	1
Desenvolvimento histórico das concepções pedagógicas	2
Temas pedagógicos: planejamento e organização do trabalho pedagógico. processo de planejamento. concepção, importância, dimensões e níveis	5
Planejamento participativo. concepção, construção, acompanhamento e avaliação	5
Planejamento escolar. planos da escola, do ensino e da aula.....	7
Curriculum do proposto à prática	13
Tecnologias da informação e comunicação na educação	17
Educação a distância	22
Educação para a diversidade, cidadania e educação em e para os direitos humanos .	25
Educação integral.....	27
Educação do campo.....	28
Educação ambiental.....	34
Fundamentos legais da educação especial/inclusiva e o papel do professor.....	35
Educação/sociedade e prática escolar.....	45
Tendências pedagógicas na prática escolar.....	46
Didática e prática histórico-cultural.....	49
A didática na formação do professor	52
Aspectos pedagógicos e sociais da prática educativa, segundo as tendências pedagógicas	55
Coordenação pedagógica como espaço de formação continuada	57
Processo ensino aprendizagem	58
Relação professor/aluno; compromisso social e ético do professor	64
Componentes do processo de ensino. objetivos; conteúdos; métodos; estratégias pedagógicas e meios.....	65
Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade do conhecimento	66
Avaliação escolar e suas implicações pedagógicas.....	69
O papel político pedagógico e organicidade do ensinar, aprender e pesquisar.....	71
Função histórico-cultural da escola	72
Escola. comunidade escolar e contextos institucional e sociocultural	73
Projeto político-pedagógico da escola. concepção, princípios e eixos norteadores	74
Políticas públicas para a educação básica.....	77
Gestão democrática	78
Diretrizes curriculares nacionais.....	85

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Plano nacional de educação em direitos humanos.....	87
Questões	89
Gabarito.....	92

SABERES DIGITAIS DOCENTES

Ensino e aprendizagem com tecnologias digitais: curadoria, produção e adaptação de recursos digitais para o processo de ensino-aprendizagem; integração de tecnologias digitais em práticas pedagógicas inclusivas e inovadoras; uso de plataformas digitais para acompanhamento de aprendizagem e gestão da sala de aula; utilização de dados e evidências digitais para tomada de decisão pedagógica; avaliação e feedback mediados por recursos digitais; aplicações pedagógicas da inteligência artificial	1
Cidadania digital: ética, segurança e responsabilidade no uso de tecnologias digitais; privacidade e proteção de dados de estudantes e professores; promoção da participação cidadã em ambientes digitais; combate à desinformação, desenvolvimento do pensamento crítico e práticas de uso responsável das redes sociais.....	6
Desenvolvimento profissional docente: entendimento e aplicação de princípios relacionados à adoção de estratégia de recursos, tecnologias digitais e ambientes virtuais de aprendizagem para formação contínua e inovação pedagógica; formação continuada em tecnologias digitais aplicadas à educação; participação em comunidades virtuais de aprendizagem e redes colaborativas; uso de tecnologias digitais para planejamento, registro e reflexão da prática docente	11
Bncc computação; mundo digital: compreensão do universo digital, incluindo a estrutura e o funcionamento dos sistemas e o impacto da tecnologia na sociedade	16
Cultura digital: uso consciente, crítico e ético das tecnologias digitais, abordando a segurança, a privacidade e a responsabilidade social	23
Pensamento computacional: capacidade de analisar, decompor e resolver problemas de forma lógica, usando estratégias como decomposição, reconhecimento de padrões, algoritmos e abstração, e utilização da inteligência artificial no contexto educacional	28
Questões	33
Gabarito.....	41

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Concepções do pensamento histórico, a dinâmica historiográfica e sua influência no ensino da história	1
Memória, oralidade e cotidiano no ensino de história	7
Curriculum: cultura, gênero, direitos humanos, meio ambiente, história local e diversidade étnico racial no ensino de história, novas abordagens teóricas e metodológicas no ensino de história	13
Novas tecnologias de comunicação e informação no ensino de história	18
Aspecto avaliativo no ensino de história	20

SUMÁRIO



História natural e história social; o processo de humanização e a dinâmica da formação das sociedades humanas na pré-história.....	25
A organização sociopolítica, econômica, cultural religiosa do egito, núbia, kush, méroe, napata, mesopotâmia, palestina, fenícia, pérssia, grécia e romá, sua dinâmica, relações, rupturas e transformações	28
A organização sociopolítica, econômica, cultural e religiosa da sociedade europeia do século v ao xv; sua dinâmica, relações, rupturas e transformações	57
A organização sociopolítica, econômica, cultural e religiosa das civilizações pré-colombianas: maias, incas e astecas	68
A organização sociopolítica, econômica, cultural religiosa dos reinos africanos no século v ao xv sua dinâmica, relações, rupturas e transformações	73
Dinâmica, relações, rupturas e transformações da sociedade europeia do século xv ao xviii.....	78
Dinâmica, relações, rupturas e transformações das sociedades europeia, americana, africana e asiática do século xviii à contemporaneidade	93
História contemporânea mundial: imperialismo; 1 ^a e 2 ^a guerras mundiais; guerra fria e reorganização geopolítica	100
América latina no século xx: governos populistas, ditaduras militares e processos de redemocratização	124

CONHECIMENTOS DO ESTADO DE SERGIPE

Indígenas em sergipe	1
Processo de ocupação e povoamento do território sergipano	1
Economias fundadoras.....	2
Regiões geoeconômicas	3
Estrutura do poder e a sociedade colonial sergipana	3
Sergipe nas sucessivas fases da república brasileira	4
Condicionantes geoambientais (clima, recursos minerais, relevo e solo, recursos hídricos, vegetação)	4
Dinâmica populacional	14
Rede urbana e organização do espaço	23
Formação metropolitana de aracaju.....	31
Política, sociedade e economia no sergipe contemporâneo	41
Potencialidades e perspectivas para o desenvolvimento econômico e social	41
Formação e expressão da cultura sergipana	46
Educação em sergipe.....	54

SUMÁRIO

SUMÁRIO



LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Constituição federal de 1988 (do art. 205 ao art. 214).....	1
Lei de diretrizes e bases da educação (lei federal nº 9.394/1996 e suas alterações) ...	7
Estatuto da criança e do adolescente (lei federal nº 8.069/1990 e suas alterações).....	39
Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (lei federal nº 13.146/2015 e suas alterações)	106
Diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de 9 anos (resolução cne-ceb nº 07/2010)	137
Diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio (resolução cne/ceb nº 03/2018)	149
Diretrizes operacionais para a educação de jovens e adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à política nacional de alfabetização (pna) e à base nacional comum curricular (bncc)	163
Lei nº 13.415/2017 (reforma do ensino médio) e suas alterações	220
Lei estadual nº 8.025/2015 (plano estadual de educação – pee)	225
Questões	228
Gabarito.....	235

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DADOS E INDICADORES EDUCACIONAIS

Avaliação educacional e uso de indicadores.....	1
Principais indicadores educacionais no brasil: taxas e índices educacionais, indicadores de fluxo escolar, rendimento escolar, distorção idade-série, acesso e permanência e aprendizagem; índice de desenvolvimento da educação básica (ideb); índice de desempenho escolar em sergipe (idese).....	3
Sistemas nacionais e estadual de avaliação e monitoramento da educação: sistema de avaliação da educação básica (saeb); sistema de avaliação da educação básica de sergipe (saese); avaliação nacional de alfabetização (ana); censo escolar da educação básica.....	14
Noções básicas de estatística aplicadas à educação: organização e representação de dados, tabelas e gráficos; medidas de tendência central (média, moda e mediana); noções de dispersão; interpretação e análise crítica de informações estatísticas em contextos educacionais	23
Aplicação pedagógica e administrativa dos indicadores para planejamento escolar, avaliação institucional, gestão democrática, políticas educacionais, formação docente e desenvolvimento profissional	37
Questões	45
Gabarito.....	50

SUMÁRIO



GÊNEROS TEXTUAIS E LITERÁRIOS: CARACTERÍSTICAS E FINALIDADES

A comunicação se dá por meio de diferentes formas textuais, cada uma com estrutura, função e propósito específicos. Os gêneros textuais e literários são categorias que organizam a produção discursiva de acordo com suas características e finalidades.

Enquanto os gêneros textuais se orientam por necessidades comunicativas práticas, os gêneros literários privilegiam aspectos estéticos e subjetivos. A compreensão dessas distinções é essencial para interpretar corretamente os textos e suas intenções.

► Gêneros textuais: conceito e tipologia

Os gêneros textuais são formas de organização da linguagem que surgem e se transformam de acordo com as necessidades comunicativas de uma sociedade. São dinâmicos e variados, podendo ser encontrados em diferentes suportes, como jornais, livros, redes sociais e documentos oficiais. Alguns exemplos de gêneros textuais incluem:

- **Narrativos:** Contam uma história, com personagens, enredo e contexto temporal, como contos, crônicas e reportagens.
- **Dissertativos-argumentativos:** Apresentam uma tese e argumentos para defendê-la, como artigos de opinião, editoriais e redações de vestibular.
- **Descriptivos:** Têm como objetivo caracterizar pessoas, objetos ou ambientes, como diários e perfis biográficos.
- **Injuntivos e instrucionais:** Orientam ações, como manuais, receitas e bulas de remédio.
- **Expositivos:** Informam e explicam conceitos, como verbetes de dicionário e textos científicos.

Cada um desses gêneros cumpre uma função específica dentro da comunicação e segue convenções que ajudam a organizar as informações de maneira eficiente para o leitor.

► Gêneros literários: arte e estética na linguagem

Os gêneros literários são formas de expressão artística que utilizam a linguagem para transmitir emoções, ideias e reflexões sobre a realidade. Diferente dos gêneros textuais, que têm um caráter mais prático, os gêneros literários exploram aspectos subjetivos e estilísticos da comunicação. Tradicionalmente, são divididos em três categorias:

- **Lírico:** Expressa sentimentos, emoções e estados subjetivos, geralmente em forma de poesia. Exemplos: soneto, haicai, ode.
- **Épico (ou narrativo):** Relata eventos e ações, muitas vezes protagonizados por heróis. Exemplos: epopeia, romance, conto, novela.
- **Dramático:** Representa conflitos e situações para serem encenados no teatro. Exemplos: tragédia, comédia, drama.

Esses gêneros são fundamentais na literatura, pois permitem a construção de diferentes visões de mundo, explorando a linguagem de forma criativa e simbólica.

► A importância da distinção entre gêneros

Embora os gêneros textuais e literários tenham características distintas, muitas vezes há intersecções entre eles. Um texto jornalístico pode conter trechos descriptivos, narrativos e dissertativos, assim como um romance pode incluir elementos de crítica social e reflexão filosófica. O leitor precisa estar atento às marcas textuais que indicam a intenção do autor e a função do texto, garantindo uma interpretação mais precisa e contextualizada.



Raciocínio Lógico e Matemático

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves {}. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos.

Exemplo: $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.

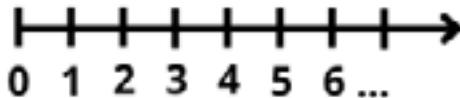
CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (\mathbb{N})

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $N = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

- $N^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $N^* = N - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.
- $N_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais pares.
- $N_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais ímpares.
- $P = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



► Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando quando $a-b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.



A educação, desde os primórdios da civilização, sempre esteve profundamente entrelaçada com a configuração e evolução das sociedades. O modo como educamos e somos educados não apenas reflete os valores, crenças e estruturas de nossa comunidade, mas também molda o curso futuro dessa mesma comunidade. Por meio de uma abordagem multidimensional, é possível entender como a educação e a sociedade se influenciam mutuamente, abrangendo aspectos filosóficos, socioculturais, políticos e pedagógicos.

1. Dimensão Filosófica

Desde Platão, que em sua obra “A República” delineava a educação ideal para os guardiões de sua cidade perfeita, até Paulo Freire e sua pedagogia do oprimido, a filosofia da educação tem explorado os propósitos e significados intrínsecos à formação humana. O que significa ser educado? Qual é o papel do indivíduo na sociedade e como a educação pode facilitar ou impedir esse papel? Essas são questões que vão além de práticas e métodos, chegando ao cerne de nossa existência e propósito coletivo. Ao refletir filosoficamente, reconhecemos que a educação não é apenas um processo de transmissão de informações, mas uma jornada de autodescoberta e definição de valores.

2. Dimensão Sociocultural

A educação, inegavelmente, opera dentro do tecido da cultura. Seja através da literatura, história ou arte, a educação transmite e, muitas vezes, reforça as normas culturais. Em sociedades multiculturais, a educação torna-se um terreno de negociação entre diferentes culturas, tradições e valores. Contudo, ela também tem o potencial de ser revolucionária. Em momentos históricos, a educação desempenhou um papel crucial na transformação da sociedade, seja por meio do empoderamento das mulheres, da promoção dos direitos civis ou do desafio a regimes opressores.

3. Dimensão Política

A política e a educação estão inextricavelmente ligadas. Políticas educacionais, muitas vezes formuladas por agentes distantes da realidade da sala de aula, determinam o currículo, a alocação de recursos e as diretrizes pedagógicas. A educação também é uma ferramenta política. Ela pode ser usada para promover uma agenda, seja ela progressista ou conservadora. No entanto, o seu potencial mais poderoso reside em seu papel como equalizadora. A educação tem o poder de nivelar o campo de jogo, oferecendo oportunidades para os desfavorecidos e desafiando estruturas de poder estabelecidas.

4. Dimensão Pedagógica

No coração da educação estão a sala de aula, o professor e o aluno. A pedagogia, como a ciência da educação, examina como ensinamos e como aprendemos. Em uma sociedade em constante mudança, métodos pedagógicos também devem evoluir. A chegada da era digital, por exemplo, trouxe desafios e oportunidades inéditas. A educação, agora, não está mais confinada aos muros da escola. A aprendizagem pode ocorrer em qualquer lugar, a qualquer momento. Neste contexto, a pedagogia deve se adaptar para atender às necessidades dos alunos do século XXI.

Assim, compreendemos que a educação não é um fenômeno isolado, mas um reflexo e um formador da sociedade. Sua influência é profunda e abrangente, tocando todos os aspectos de nossa vida coletiva. Se quisermos construir sociedades mais justas, igualitárias e progressistas, devemos começar pela forma como educamos nossos cidadãos. Porque, no final, a educação é o espelho no qual a sociedade vê a si mesma e a lente através da qual ela imagina seu futuro.



CURADORIA, PRODUÇÃO E ADAPTAÇÃO DE RECURSOS DIGITAIS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O uso de tecnologias digitais no contexto educacional vem se consolidando como um pilar essencial para a construção de experiências de ensino-aprendizagem mais dinâmicas, personalizadas e significativas. Nesse cenário, a curadoria, produção e adaptação de recursos digitais desempenham papéis estratégicos para professores e demais profissionais da educação que desejam integrar essas ferramentas de forma efetiva e crítica às suas práticas pedagógicas.

A curadoria de recursos digitais consiste no processo de seleção criteriosa, análise e organização de conteúdos disponíveis na internet ou em plataformas educacionais. Diferente da simples busca por materiais, a curadoria exige olhar pedagógico, conhecimento do currículo, domínio das necessidades dos estudantes e clareza sobre os objetivos de aprendizagem. Um recurso digital bem curado considera a qualidade do conteúdo, sua acessibilidade, linguagem, atualização, fontes e aplicabilidade ao contexto de ensino. A prática da curadoria também envolve o uso de ferramentas específicas que ajudam o professor a organizar seus achados, como repositórios digitais, portfólios online e aplicativos de bookmarking educacional.

Já a produção de recursos digitais se refere à criação de materiais próprios, feitos sob medida para os estudantes, considerando suas especificidades e as metas do processo de ensino. Esses recursos podem assumir diversas formas, como vídeos explicativos, infográficos, podcasts, e-books interativos, quizzes online e apresentações multimídia. A produção digital coloca o educador em uma posição ativa de autor, valorizando seu conhecimento e criatividade. Além disso, amplia as possibilidades de atender diferentes estilos de aprendizagem, promovendo experiências mais personalizadas e engajadoras.

A adaptação de recursos, por sua vez, é um processo igualmente importante, pois reconhece que nem sempre os conteúdos disponíveis estão prontos para o uso em sala de aula, especialmente quando se leva em conta a diversidade dos estudantes. Adaptar um recurso significa ajustá-lo em termos de linguagem, formato, acessibilidade ou profundidade para que se adeque ao nível cognitivo, às necessidades específicas ou às limitações tecnológicas da turma. Esse processo é fundamental para garantir a inclusão e equidade no acesso ao conhecimento. Por exemplo, adaptar um vídeo com legendas, traduzir um texto, simplificar a linguagem ou transformar um conteúdo visual em áudio são práticas que ampliam o alcance dos materiais.

É importante destacar que essas três dimensões — curadoria, produção e adaptação — não são estáticas nem isoladas. Em geral, um bom planejamento pedagógico digital envolve a combinação dessas estratégias, considerando o tempo disponível, os recursos tecnológicos acessíveis e o perfil da turma. O educador pode começar com a curadoria de materiais confiáveis, adaptá-los conforme a necessidade de seus alunos e, quando possível, produzir conteúdos originais para aprofundar ou complementar o tema.

Outro aspecto central nesse processo é o desenvolvimento da competência digital do professor. Para curar, adaptar e produzir materiais com qualidade, o educador precisa dominar minimamente ferramentas digitais, plataformas de edição e princípios de design instrucional. Isso não significa ser especialista em tecnologia, mas sim possuir uma base sólida que permita tomar decisões pedagógicas conscientes e eficazes. A formação continuada é, nesse sentido, um elemento-chave para que o uso dos recursos digitais seja significativo e não apenas uma substituição do papel pelo digital.

Além disso, vale considerar que os próprios estudantes também podem ser envolvidos nesse processo. A produção colaborativa de recursos, como vídeos explicativos feitos pelos alunos, apresentações digitais em grupo ou projetos de pesquisa com construção de blogs e portfólios online, contribui para o protagonismo discente e desenvolve competências do século XXI, como comunicação, criatividade, pensamento crítico e colaboração.



O QUE É PENSAMENTO HISTÓRICO

► Definição e importância na formação do conhecimento histórico

O pensamento histórico é a capacidade de compreender o passado a partir de uma perspectiva crítica, analisando os acontecimentos não apenas como uma sequência de fatos, mas como fenômenos complexos que envolvem causas, contextos, consequências e diferentes interpretações. Trata-se de uma forma de raciocínio que permite aos indivíduos compreenderem a construção do tempo histórico e suas múltiplas dimensões.

Diferente de uma simples memorização de datas, nomes e eventos, o pensamento histórico exige que o estudante ou o pesquisador vá além da superfície dos acontecimentos. Ele deve questionar os porquês, entender as relações entre os eventos e considerar diferentes pontos de vista. O passado não é algo fixo e imutável. Ele é reconstruído a partir de fontes, evidências e interpretações, e essa reconstrução é influenciada pelos interesses, ideologias e contextos de quem escreve a história.

Ao exercitar o pensamento histórico, o indivíduo desenvolve habilidades fundamentais, como:

- compreender processos de mudança e permanência no tempo
- identificar relações de causa e consequência
- reconhecer diferentes perspectivas sobre um mesmo acontecimento
- interpretar fontes históricas de forma crítica
- perceber como a história é usada no presente para construir identidades, justificar ações políticas ou legitimar discursos

Essas habilidades são essenciais não apenas para quem estuda história, mas para qualquer cidadão que deseja participar ativamente da vida social, política e cultural de sua comunidade.

► Temporalidade, causalidade e mudança

O pensamento histórico se apoia em três conceitos estruturantes: temporalidade, causalidade e mudança.

A temporalidade refere-se à percepção de que o tempo histórico é diferente do tempo cronológico do relógio ou do calendário. É um tempo vivido, marcado por experiências humanas e por ritmos distintos. Por exemplo, enquanto uma guerra pode durar apenas cinco anos no calendário, suas consequências sociais e culturais podem se estender por décadas. O pensamento histórico ajuda a perceber essas camadas temporais e suas implicações.

A causalidade está relacionada à busca de explicações para os eventos históricos. Não se trata de encontrar uma única causa, mas de compreender que os acontecimentos são geralmente resultado de múltiplos fatores — políticos, econômicos, sociais, culturais, religiosos. Por exemplo, a abolição da escravidão no Brasil não foi apenas uma decisão da princesa Isabel. Ela foi resultado de pressões internas e externas, resistência dos escravizados, mudanças econômicas e articulações políticas. O pensamento histórico ensina que é preciso olhar para esses fatores de forma interligada.

Já a mudança, conceito central para a história, diz respeito à transformação das sociedades ao longo do tempo. O pensamento histórico ajuda a entender que nada é completamente estático. Mesmo quando há permanências, elas convivem com transformações sutis ou radicais. Entender essas mudanças permite interpretar melhor o presente e projetar o futuro de forma mais consciente.

Além desses três pilares, o pensamento histórico também envolve a noção de multiperspectividade, ou seja, a ideia de que os acontecimentos podem ser vistos de ângulos diferentes, dependendo de quem narra a história. Isso amplia a compreensão de que a história não é neutra e que diversas vozes devem ser ouvidas, sobretudo aquelas que foram silenciadas por muito tempo.



Conhecimentos do Estado de Sergipe

Os Índios de **Sergipe** são membros de nações tradicionais, como os PATAXÓS, KARIRIS, TUPINAMBÁS, XOCÓS, FULNI-ÔS E KRAHÓS.

Estes índios residem em aldeias localizadas nos municípios de Aracaju, Estância, Nossa Senhora do Socorro e Neópolis, bem como em aldeias formadas por indígenas de outros estados que migraram para a região.

A maioria destes índios vive em condições de pobreza e desigualdade, e se dedicam principalmente à agricultura de subsistência, pesca e ao artesanato.

Estes índios também sofrem com problemas como a falta de infraestrutura básica, saúde e educação de qualidade. Alguns também trabalham com projetos de recuperação de seus direitos territoriais, desenvolvendo lutas coletivas para preservar seus territórios ancestrais e sua cultura.

Resumo sobre a população de índios no estado de SERGIPE:

Nações Indígenas	Residência	Condições de Vida	Atividades
Pataxós, Kariris, Tupinambás, Xocós, Fulni-Ôs E Krahós.	Aldeias localizadas nos municípios de Aracaju, Estância, Nossa Senhora do Socorro e Neópolis.	Pobreza e desigualdade.	Agricultura de subsistência, pesca e artesanato.

O território sergipano foi ocupado por vários grupos étnicos desde a antiguidade. Os índios Kariri-Xocó, Tupinambá, Pankararu e Potiguara foram os principais responsáveis pela ocupação desta região.

A partir de 1591, com a chegada dos portugueses, o processo de ocupação e povoamento do território sergipano ganhou novo ímpeto. Com a fundação da cidade de São Cristóvão, os colonizadores começaram a colonizar a região.

A expansão da colonização portuguesa e a chegada dos escravos foram fundamentais para o povoamento do território sergipano. Estes escravos, provenientes principalmente de África, contribuíram para o desenvolvimento da região ao longo dos séculos.

O crescimento da população sergipana foi acelerado com o início da industrialização na década de 1950, quando diversas empresas começaram a se instalar na região. Ainda assim, o processo de ocupação e povoamento do território sergipano foi lento, pois muitas áreas continuaram a ser desocupadas até os dias de hoje.

Nos últimos anos, o governo brasileiro tem investido em diversos projetos para estimular a ocupação e o povoamento do território sergipano. Estes projetos incluem a construção de infraestrutura, a criação de novos postos de trabalho e a melhoria da qualidade de vida da população.

Ao mesmo tempo, o Estado tem incentivado a preservação da cultura local e dos recursos naturais para garantir a sustentabilidade desta região. Com isso, o processo de ocupação e povoamento do território sergipano tem se acelerado ao longo dos anos.

Atualmente, Sergipe é um dos estados mais populosos do país, com mais de 2,7 milhões de habitantes. A região tem se destacado por sua grande diversidade cultural, que inclui índios, negros, portugueses, italianos e alemães.

**► Educação, Cultura e Desporto****Educação:**

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Organização dos Sistemas de Ensino:

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

ENTE FEDERADO	ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)
União	Ensino superior e técnico
Estados e DF	Ensino fundamental e médio
Municípios	Educação infantil e ensino fundamental

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtlpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGgdrdc%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b>

**CAPÍTULO III
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO****SEÇÃO I
DA EDUCAÇÃO**

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.



Leitura e Interpretação de Dados e Indicadores Educacionais

ASPECTOS MACRO-INSTITUCIONAIS DA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

A avaliação educacional é um elemento fundamental para o desenvolvimento de sistemas educacionais, pois serve como um indicador da qualidade do ensino e do aprendizado, além de ser uma ferramenta estratégica para a implementação de políticas públicas e a gestão educacional. No contexto macro-institucional, a avaliação educacional se insere em um sistema mais amplo de monitoramento e avaliação das políticas educacionais, com o objetivo de promover melhorias na qualidade da educação e garantir que os objetivos educacionais sejam alcançados de maneira equitativa.

No Brasil, os principais órgãos responsáveis pela avaliação educacional em nível macroinstitucional são o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o Ministério da Educação (MEC). Esses órgãos realizam avaliações em larga escala, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e a Prova Brasil, que têm como objetivo avaliar o desempenho dos alunos, a qualidade do ensino e as condições das escolas em diferentes níveis de ensino. Essas avaliações são fundamentais para o monitoramento das políticas educacionais, fornecendo dados para a criação de estratégias para o aprimoramento da educação no país.

Essas avaliações também são utilizadas como indicadores para a elaboração de planos de educação que visam orientar o desenvolvimento do setor, como o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece metas e diretrizes para a educação brasileira ao longo de um período determinado. No nível macro, a avaliação educacional tem um caráter mais abrangente, com foco na medição de resultados em larga escala, a fim de identificar desigualdades e propor soluções para garantir a equidade no acesso e na qualidade da educação para todos.

Além disso, a avaliação educacional em aspectos macro-institucionais também abrange a avaliação do sistema educacional como um todo, o que envolve a análise de questões como infraestrutura escolar, formação de professores, recursos pedagógicos, financiamento e acesso à educação. Tais avaliações permitem compreender os desafios enfrentados pelas escolas e oferecem insumos para a formulação de políticas públicas voltadas para a melhoria do sistema educacional como um todo.

A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem tem um papel fundamental no processo educativo, pois visa diagnosticar o progresso dos alunos em relação aos objetivos de ensino, identificar suas dificuldades e orientá-los no processo de aprendizagem. No contexto da sala de aula, a avaliação da aprendizagem envolve o uso de diferentes instrumentos e métodos para mensurar o desenvolvimento dos alunos, considerando não apenas o conteúdo cognitivo, mas também aspectos afetivos, comportamentais e sociais.

A avaliação da aprendizagem pode ser feita de várias maneiras: formativa, sumativa, diagnóstica e processual. Cada uma dessas abordagens tem objetivos específicos e contribui para o aprimoramento do processo educativo de formas diferentes.

▪ **Avaliação Formativa:** Focada no processo de ensino-aprendizagem, a avaliação formativa busca acompanhar o desenvolvimento dos alunos ao longo do tempo, identificando pontos fortes e fracos na aprendizagem. Ela é realizada de forma contínua e regular, por meio de atividades como provas, questionários, discussões em sala de aula e outros tipos de feedback. O objetivo principal da avaliação formativa é fornecer dados que permitam ao professor ajustar sua prática pedagógica para atender melhor às necessidades dos alunos, promovendo o aprendizado de forma mais eficaz.

▪ **Avaliação Sumativa:** Ao contrário da avaliação formativa, a avaliação sumativa busca medir o aprendizado de forma conclusiva, geralmente no final de um ciclo de ensino ou de um módulo. Ela tem como objetivo atribuir uma nota ou um conceito ao desempenho do aluno, considerando os resultados obtidos ao longo de um determinado período. Essa avaliação é frequentemente realizada por meio de provas, testes e exames finais, e seu foco principal é verificar se os alunos atingiram os objetivos de aprendizagem estabelecidos no currículo.